

**O DISCURSO DO BRANQUEAMENTO NA REALIDADE BRASILEIRA DA
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E A VALORIZAÇÃO DO NACIONAL**

**SPEAKING OF BLEACHING IN BRAZILIAN REALITY THE SECOND HALF OF THE
NINETEENTH CENTURY AND THE ENHANCEMENT OF NATIONAL**

**HABLANDO DE LAVADO DE DINERO EN LA REALIDAD BRASILEÑA EN LA
SEGUNDA MITAD DEL SIGLO XIX Y LA MEJORA DE LA NACIONAL**

Josefa Lisboa
PPG de Geografia/UFS
Email: josefalisboa@uol.com.br

RESUMO

No Brasil da segunda metade do século XIX, as teorias raciais respondiam a um jogo de interesses que idealizava um projeto de desenvolvimento pautado no progresso técnico para o país. Observava-se uma adaptação das ideias advindas do exterior às condições da nação brasileira e, nessa direção, o desmantelamento do escravismo encontrava apoio na elite intelectual. A unidade nacional, por sua vez, vinha sendo gestada articulada à ideia de mudança e foi crucial à legitimação da inserção da economia brasileira no contexto da reprodução capitalista mundial.

Palavras-chave: teorias raciais, unidade nacional, reprodução capitalista no Brasil

ABSTRACT

Brazil, in the second half of nineteenth century, racial theories responded to the game of interest which idealized a development Project directed to technical progress for the country. Looked up na adaptation of the ideas that come from outside, the conditions of the brazilian people and the dismantling of slavery was supported by na intelectual elite. The national unity, in turn, was being gestated articulated the idea of change and was crucial to the legitimacy of the insertion of the Brazilian economy in the context of global capitalist reproduction.

keywords: racial theories, national unity, capitalist reproduction in Brazil

RESUMEN

En Brasil, las teorías raciales de la segunda mitad del siglo XIX, respondido a un conjunto de intereses que idealizaron un proyecto de desarrollo guiado por el progreso técnico del país. Miró hacia arriba una adaptación de las ideas que vienen de fuera de las condiciones de la nación brasileña y, en este sentido, el desmantelamiento de la esclavitud con el apoyo de la élite intelectual. La unidad nacional, a su vez, se estaba gestando articula la idea del cambio y fue crucial para la legitimidad de la inserción de la economía brasileña en el contexto de la reproducción capitalista global.

Palabras clave: teorías raciales, la unidad nacional, reproducción capitalista en Brasil

1 INTRODUÇÃO



A partir da segunda metade do século XIX, uma considerável parte da intelectualidade brasileira, inclusive setores da classe dominante, aliou-se a luta pelo fim da escravatura no país. Procurava-se demonstrar que o regime escravocrata produzia limitações ao desenvolvimento da economia do país, exemplificando o caso da cafeicultura que necessitava cada vez mais de um volume maior de mão-de-obra que fora limitado com a proibição do tráfico em 1850.

2 O DISCURSO DO BRANQUEAMENTO NA REALIDADE BRASILEIRA DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

A partir da década de 70 do século XIX, além das pressões internacionais, forma-se internamente uma sistemática oposição ao regime escravocrata¹ fazendo emergir uma política de branqueamento gerada por ideologias através de estereótipos de inferioridade e/ou superioridade racial. Nesse viés, a ideologia do branqueamento ia se consolidando enquanto mito da democracia racial, apregoando a superioridade do branco (*quanto mais branco, melhor*). Essa ideologia teve como objetivo propagar a inexistência de diferenças raciais no país e mostrar que havia uma convivência harmoniosa entre todos, uma convivência sem conflitos, o que afirmava que a nação era uma só.

Na expectativa do Brasil se tornar um país branco, havia o entendimento de que o homem branco era mais capacitado para ajudar nos propósitos e interesses do processo de desenvolvimento econômico de que o país precisava, o que colocava o passado da sociedade colonial e escravocrata como um obstáculo ao desenvolvimento. Lia Osório Machado (1995) adverte que as teorias do evolucionismo biológico conferiam certa legitimidade científica ao reclame do progresso como caminho único para a unidade futura da nacionalidade. Em uma reflexão sobre o pensamento geográfico no Brasil no início do século XX, Lia Osório Machado (2000) lembra que as ideias geográficas modernas foram introduzidas no Brasil em um contexto de um acirrado debate sobre a natureza do ambiente social, institucional e físico do país. Tratava-se da questão de modernizar uma

¹ Figuras de destaque na luta abolicionista foram Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e André Rebouças. Para estes a escravidão era uma afronta à dignidade humana, além de uma instituição intolerável.

sociedade profundamente hierarquizada e conservadora, em pleno processo de adaptação às mudanças responsáveis pelo fim do sistema monárquico e da escravidão (ibid, p. 11).

Essas ideias eram compartilhadas não apenas por geógrafos, mas por ideólogos da filosofia do progresso do século XIX, que se articulavam em torno de uma agenda de modernização. Observava-se uma adaptação das ideias advindas do exterior às condições da nação brasileira. O desmantelamento do escravismo como ideário político encontra apoio nessa elite intelectual que ambicionava construir a *nação viável*.

Entre 1870 e 1930, as teorias raciais foram recebidas com entusiasmo. De acordo com Lilia Moritz Swarcz (1993), no seu livro intitulado *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1889 – 1930*, em meio a um contexto caracterizado pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam como modelo teórico viável para o jogo de interesses que se montava. Para esta autora, em plena vigência de um ideário positivo evolucionista no Brasil, jogava-se a responsabilidade pelo progresso no indivíduo, como resultado de uma estrutura biológica singular.

Swarcz (Ibid) comenta sobre as diferenças no discurso do branqueamento realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A autora destaca que logo nos primeiros anos de sua criação o IHGB premiou um projeto cujo autor, Friedrich Philipp Von Martins, um naturalista alemão e sócio correspondente do Instituto, centra seu objetivo na ideia de correlacionar o desenvolvimento do Brasil com o aperfeiçoamento das três raças. Para este autor, enquanto os braços deveriam civilizar as demais raças, os índios, precisariam resgatar a dignidade que perderam para depois galgar a civilização, os negros eram apenas fator de impedimento do avanço da sociedade. Diz Von Martins, “não há duvida de que o Brasil teria tido uma evolução muito diferente sem a introdução dos míseros escravos negros (RIHGB, 1884, apud SHWARCZ, 1993, p. 112)”. A intenção da autora é debater sobre a importância e imponência do discurso do Instituto na conformação ideológica do contexto analisado. Conforme texto publicado pela Revista do IHGB:

começo a explicar que o primeiro na terra foi o tronco negro, depois o vermelho e finalmente o branco que deve ser contemporâneo aos primeiros gelos... julgo também que na ordem do desaparecimento a natureza há de proceder pela mesma forma. O tronco negro há de desaparecer antes do amarelo e assim sucessivamente até o branco... (RIHGB, 1973, apud SHWARCZ, 1993, p. 113).

Como indica o texto, a raça negra representa o exemplo do grupo incivilizável, ou com mais baixo estado de civilização humana.

Silvio Romero (sócio do IHGB), embora defensor da ideologia do branqueamento, realiza uma crítica a esse pensamento hegemônico. Em Silvio Romero se encontra a proposição da mestiçagem como saída para a situação deteriorada do país. O mestiço surge como um representante nacional e como solução para apressar o progresso da nação, de maneira que o fortalecimento genético trazia a disposição européia para o desenvolvimento, ao tempo que justificava a imigração.

No artigo *A Geografia Social de Silvio Romero*, Alexandrina Luz Conceição (2000) destaca que em um contexto em que a sociedade era compreendida como um organismo vivo, a decepção de Silvio Romero com os caminhos tomados pela República, o levou a acreditar que a questão da modernização poderia estar na estrutura social do povo. De acordo com a autora, Romero defende o cruzamento de raças.

Na sua dialética de opostos sobrepõe o direito da raça inferior ao da raça superior, dessa forma, não subscreve o discurso de defesa de uma raça superior, mas o direito de igualdade de superação. Em um jogo de espelho, o reflexo que vê, é a negação do que pretende espelhar (ibid, p. 50).

Para Conceição (ibid), Silvio Romero no seu tempo aparecia preso ao signo do evolucionismo, sem perder de vista o progresso no sentido do capitalismo. Romero pensava a realidade brasileira, a partir de dados reais querendo encontrar o caminho para as mudanças. De acordo com a autora, quando Silvio Romero propõe a raça e o meio como possibilidades para a interpretação do caráter nacional brasileiro, ele introduz a dimensão natural, sem a pretensão da defesa de uma superioridade racial, mas procurando pensar a nação brasileira na incessante busca por mudanças (ibid).

A expectativa por mudança fundada no mito da modernidade produzia uma interpretação do país especulando-se sobre os potenciais e limites apresentados pelo território ou pela população frente ao projeto de modernização daquele momento da história nacional (MACHADO, 1995). Neste sentido, vai sendo consolidada no Brasil uma redefinição da identidade nacional pautada na crítica a uma sociedade estruturada em torno de relações sociais escravocratas e na valorização do nacional pelo sentimento de pertencimento do Brasil ao conjunto das nações progressistas.

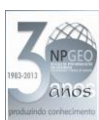
3 A VALORIZAÇÃO DA NACIONAL PARA A INSERÇÃO DO BRASIL NA ECONOMIA MUNDO

O discurso da potencialidade do Brasil, neste período, aponta para o concurso de um Estado forte como caminho para o desenvolvimento. De modo específico, este pensamento ajudava a sedimentar e a interpretar a natureza e a sociedade, enraizada na ideologia do progresso. A construção da visão do país como espaço a ser conquistado afirmava a prerrogativa da ocupação do território. Convém considerar que o território forjava a imagem da nação e fundamentava projetos para o desenvolvimento, conformando um imaginário social e uma representação do nacional ancorado na ideia de espaço a conquistar. O espaço geográfico era concebido como materialidade, fundo territorial vazio, a ser ocupado, área a ser civilizada. Voltavam-se as atenções para a construção de uma identidade própria do Estado brasileiro, recém-constituído. Essa identidade deveria distingui-lo da antiga Metrópole, e ainda, deveria orientar a sua atuação política, missão que foi encampada pela literatura nacional da época, que incorporou em seu repertório, elementos geográficos do país em formação e fundamentou, com base na diversidade das paisagens e dos grupos raciais, a unidade nacional.

A unidade nacional que vinha sendo gestada articulada à ideia de mudança foi crucial à legitimação da inserção da economia brasileira no contexto da reprodução capitalista mundial. Na lógica da acumulação, a relação de dependência entre Metrópole e Colônia gradualmente se dizimava e as relações passavam a se estabelecer entre os países industrializados e aqueles produtores de mercadorias primárias (matérias primas, alimentos, etc.) voltadas ao estrangeiro. Mantinha-se a dependência em relação à demanda externa, mas os excedentes produzidos pelas antigas colônias agora poderiam ser apropriados internamente (MELLO, 1998).

As determinações dessa inserção, a partir da segunda metade do século XIX, se traduziram pela conformação de uma dada Divisão Internacional do Trabalho, que colocou as economias atrasadas na dependência das demandas por produtos primários advindas do centro. Já nesse momento, as teorias formuladas

cimentariam o discurso político-econômico do “subdesenvolvimento” [...]. O espaço, elemento determinante da prática das ciências naturais, além de contribuir para a construção da imagem da nação, deu suporte à política econômica agrícola dominante no período e, ao mesmo tempo, facilitou a inclusão do Brasil, nos



domínios do imperialismo que, na época, vigorava nas relações internacionais (DOMINGUES, 2000, p. 94).

Entre as últimas décadas do século XIX, até a Grande Depressão (1929), o café assumiu a geração da renda interna, bem como foi responsável pelo dinamismo da economia nacional. A formação do capital industrial no Brasil esteve sujeita ao desempenho do setor cafeeiro. Os avanços do capitalismo, com a concernente criação do Estado nacional e a demanda externa por café permitiram ao Brasil um novo modo de inserção na divisão internacional do trabalho.

De acordo com Octavio Ianni (1988), a busca pela integração à ordem econômica mundial que começava a se desenhar, a partir da década de 1930 no país, se delineava com o esgotamento do modelo oligárquico agrário-exportador. A coerência desse processo estava na unidade entre a economia cafeeira e o surgimento da industrialização, num contexto de realização de uma nova Divisão Internacional do Trabalho, na qual a dependência do capital industrial em relação ao capital cafeeiro estava associada à posição subordinada da economia brasileira à economia mundo. Essa posição aparecia justificada pela abordagem ricardiana das vantagens comparativas e pelo discurso neoclássico defensor da livre concorrência, o que implicava que o Brasil estava no caminho certo, à medida que se especializava na produção de produtos primários para exportação². Não obstante, a crise mundial de 1929 abalou os alicerces dessas teorias, levando os estudiosos da economia a proporem um maior intervencionismo de Estado.

Na crise de 1929, o novo modelo se configurava sem romper as relações de dependência com o capital estrangeiro. O processo ocorria forçado pela falência do federalismo da República Velha e pela implantação de um Estado fortemente centralizado. A quebra de barreiras entre os estados da federação facilitou a livre circulação de mercadorias, levando à fusão dos mercados isolados e locais. A construção, de portos, ferrovias e rodovias nesse período, integrou fisicamente as regiões, antes dispersas. Entretanto, é importante acentuar que a industrialização não se difundiu igualmente por todo o Brasil. Ao contrário, concentrou-se no Centro-Sul. Tratava-se do modelo de substituição de importações, no qual, a indústria ia se firmando e alterando as estruturas produtivas.

As principais direções da política econômica que emergia entre 1930 e 1945 tomam a institucionalização da intervenção regulatória do Estado na economia, e especialmente nas relações capital/trabalho, a constituição de um setor público empresarial, a centralização do poder, com a

² O pressuposto das vantagens comparativas de David Ricardo defendia que os países deveriam especializar-se na produção dos bens, cuja produtividade, em virtude das suas maiores possibilidades de produção, fosse maior, e trocar com o exterior o excedente produzido a fim de adquirir outros bens, em cuja produção não fossem tão eficientes.

afirmação da ideologia do nacional desenvolvimentismo, que vinha sendo elaborada desde a Primeira República.

Abre-se espaço para a ascensão de uma nova proposta de desenvolvimento nacional, com base no fortalecimento da industrialização sustentada pelo Estado getulista. Um programa nacional de desenvolvimento com a utilização da política cambial, fiscal e creditícia. Era um processo que se realizava protegendo o mercado nacional, por meio das altas tarifas sobre os bens importados e no seu controle direto, além do acesso a bens de produção, como máquinas, equipamentos e matéria-prima necessária à modernização da base de produção industrial. A partir de 1930, a pauta de importações passou a se associar à necessidade de bens de capital e insumos para a indústria nacional, levando o Estado a assumir papel determinante na orientação do desenvolvimento.

No transcorrer dessa década, o controle dos câmbios desempenhou a função de racionamento das importações que foram bruscamente comprimidas. Começava a se efetivar uma política deliberada de intervenção estatal na esfera econômica com objetivos industrializantes, principalmente orientados pelas divisas adquiridas nas exportações dos bens primários. O Estado mostrava sua disposição para dirigir a economia, de forma centralizada, por duas vias: investimentos públicos em setores considerados estratégicos, tais como a produção de aço ou ainda, através de uma política fiscal e de controle do câmbio e das importações buscando com isso estimular a produção interna. O Produto Interno Bruto passou a crescer a uma margem de 7% ao ano, tendo o seu volume aumentado mais de dez vezes entre 1945 e 1980, o que acarretou numa redução da diferença de produtividade média entre o Brasil e os centros capitalistas mais avançados neste período.

A partir de 1947, observou-se um deslocamento das exportações como principal fonte de demanda para o crescimento, o que fez declinar de, 14,8 para 7,6%, o coeficiente de exportações em relação ao PIB. Neste mesmo período, a proporção da PEA, duplicou no setor secundário, se ampliou nos serviços urbanos e, em contrapartida, declinou no setor agrícola (SERRA, 1983; COUTINHO, 1983).

A performance do Brasil definida a partir daí, como um país de industrialização retardatária e crescimento econômico rápido em associação com diferenciais significativos das suas forças produtivas se acentuou depois da Segunda Guerra com o despontar da indústria manufatureira como eixo dinâmico da economia do país³.

³ O fechamento da economia para as importações foi mais significativo entre fins da década de 1940 até meados da década de 1960. No caso do setor agrícola, o declínio da sua participação na estrutura de renda do país não se deu em consequência de um processo de modernização generalizado, pois a capitalização tecnológica neste setor processou-se

A indústria ia alterando, também, a estrutura de classe fazendo surgir uma burguesia industrial e financeira que procurava garantir a hegemonia política na sua direção. Emergia uma burguesia industrial oriunda de setores da oligarquia agrário-exportadora, de grupos comerciais e de grupos imigrantes desenvolvendo uma capacidade de organização e intervenção em defesa de interesses particulares. Estes interesses situavam-se no plano econômico corporativo, uma vez que o destaque dessa classe social se dava pela intervenção política. À medida que ia se dando o fortalecimento econômico e político da burguesia, ela ia conquistando hegemonia e consolidando uma aliança com os setores populares e o Estado.

A vida política do Brasil, entre 1945 e 1964, foi caracterizada pelo populismo, absorvido como um processo de mobilização das massas e de aproximação das elites políticas com o povo.

O Estado populista desenvolvimentista representou uma aliança mais ou menos instável entre o empresariado nacional, desejoso em aprofundar o processo de industrialização capitalista, e os setores populares, cujas aspirações de participação econômica e política foram manipuladas pelo primeiro. Ao Estado, sob a aparência de defensor de uma concepção de mundo, caberia o papel de consolidar o projeto desenvolvimentista, como se representasse a homogeneização dos interesses da nação e a eliminação das diferenças subsumidas no projeto nacional⁴.

Neste aspecto, embora Gramsci, enquanto pensador marxista, não explore a especificidade da realidade brasileira, o seu livro *O Materialismo Histórico*, publicado em 1973, fornece pressupostos que permitem consolidar uma compreensão da funcionalidade do Estado. Gramsci propõe uma subdivisão do Estado em duas esferas: a sociedade política, na qual se concentra o poder repressivo da classe dirigente, e a sociedade civil, na qual a classe dirigente busca obter o consentimento dos governados, através da difusão de uma ideologia unificadora, destinada a operar como cimento da formação social. A sociedade civil assume aqui um sentido diferente em relação a Marx. Este a situa na infra-estrutura, como expressão da própria relação de produção capitalista. Já em Gramsci, a sociedade civil expressa o momento da persuasão e do consenso que, em conjunto

sem qualquer dinamismo do ponto de vista de um atendimento generalizado de necessidades, sendo conseqüentemente, bastante desigual e atendendo tão somente a grupos e regiões já privilegiadas. Assim mesmo, a agricultura se expandiu neste período, muito mais vinculada à ampliação da fronteira agrícola do que ao aumento da produtividade. Ela foi importante para liberar recursos de financiamento que deram sustentação ao dinamismo do padrão de crescimento industrial urbano. Este quadro de mudanças estruturais na economia brasileira não refletiu melhoras sociais para as camadas excluídas, ao contrário, garantiu a acentuação das desigualdades, com a preservação de grandes margens de pobreza absoluta, aumentando as distâncias relativas entre os níveis de renda dos brasileiros desde o início dos anos 1960.

⁴ Nesta análise, Lipietz observa o desempenho das burguesias de diferentes nações, a partir de Nicos Poulantzas e as coloca como responsáveis pela manutenção desses países numa função exportadora de bens primários. Ler em LIPIETZ, Alain. *Imagens e Miragens: problemas da industrialização do Terceiro Mundo*, São Paulo: Nobel, 1998.

com o momento da repressão e da violência, asseguram a manutenção do Estado como estrutura de poder. A dominação se manifesta pela hegemonia ou pela ditadura, quando realizada pela sociedade política.

Na nova configuração do sistema de classes, a burguesia industrial emergente “assume a liderança discreta ou ostensiva das lutas reivindicatórias e reformistas das massas operárias e de amplos setores da classe média [...] afinal de contas essa burguesia [...] era a classe vitoriosa contra a oligarquia” (IANNI, 1989, p. 101).

Estas condições são responsáveis por garantir à legitimação por parte do proletariado latino (durante as décadas de 30 a 60 do século passado) da ideologia desenvolvimentista, edificada no nacionalismo e na industrialização (como expressão dos interesses da classe dominante), nas condições apresentadas pela burguesia ascendente⁵.

A ideologia do desenvolvimento, como um conjunto relativamente consistente de ideias que dariam conta de constituir a meta coletiva mais legítima ou como nas palavras de Gramsci, a ideologia como um cimento social, responsável por alianças entre grupos antagônicos, garantiu a propagação do progresso técnico. Este foi sendo engendrado pelo atraso histórico das sociedades tidas como de desenvolvimento tardio.

O nacionalismo tomado por ideologia ou estratégia depois da Segunda Guerra, colocou no centro do debate a emergência da ruptura da dependência externa. Para Lia Osório Machado (2000) pensava-se a problemática do desenvolvimento associado a mudanças na estrutura social, o que demandava

a construção de um modelo próprio de desenvolvimento. A opção da conduta nacionalista, como suporte histórico do desenvolvimento representava uma opção por um projeto. Tal projeto deveria se apropriar da expectativa da comunidade em relação ao crescimento e desenvolvimento, assegurando o ideal postulado pelo grupo e definindo as inter-relações necessárias para o fim determinado, fixando seus prazos e gestando a sua compatibilidade. A ação ideológica torna o modelo ativo; ela é imposta, aceita e assimilada constituindo o senso comum e sua função hegemônica se realiza plenamente, quando não há contra-ideologias, suscitando paralisia e consenso da classe oprimida.

⁵ No México, mais do que em qualquer outro país latino o poder político nacional resultou numa combinação eficiente entre estado-partido-sindicato. Na Bolívia, as reformulações nas relações político-econômicas internas e externas objetivavam destruir os enclaves e garantir a permanência da ordem capitalista. Na Argentina a base sindical do peronismo, se ampliava, absorvendo também setores militares e empresariais, além de segmentos da classe média. Esta coalizão esteve comprometida com a idéia da *pátria grande*, remetendo a uma opção nacional e o compromisso era com a expansão do capitalismo nesses países (IANNI, 1975).

Bakhtin (1995) corrobora na explicação do poder da ideologia como elaboradora de hegemonia. Ele destaca o elemento linguístico como signo ideológico e revela que “as relações de produção e a estrutura sócio-política que delas diretamente derivam determinam todos os contatos verbais [...], no trabalho, na vida política, na criação ideológica” (ibid, p. 42).

A expressão comporta a interpretação desse autor de que “os elementos de dominação coexistem dialeticamente com os elementos de direção, como pólos de uma só relação” (ibid, p. 39) e que, para dirigir e conquistar alianças, a hegemonia precisa dos seus elementos diretivos tanto para sua implantação como para sua manutenção.

Rogério Proença Leite em seu livro: *A Dupla Face do Nacionalismo: ideologia, discurso e dominação em Kubitscheck e Médici* adverte que o nacionalismo, enquanto recurso ideológico vai se conformando por meio da identificação de um grupo, pelo caráter supra individual e pela alteridade. Nesse ponto ele alude à capacidade articuladora da língua na constituição de *laços protonacionais*⁶ capazes de processar a elaboração da identidade do grupo, ou seja, “o estágio inicial de onde surgem as raízes que posteriormente configuram a realidade nacionalista expressa na moderna concepção de Estado-nação” (LEITE, 1995, p. 66).

Conforme esse autor o Estado brasileiro, ratzeliano – é o legítimo instrumento da representação do povo, o que define para o país um nacionalismo político. Este nacionalismo se definiu no estabelecimento do sentimento de unidade nacional e de defesa dos interesses da nação, dessa forma, escamoteando a convivência irreconciliável entre as classes sociais e unindo-as no propósito estabelecido, transformando o cidadão em “depositário de sujeição e fidelidade à nação, compreendida [...] tão somente como uma unidade politicamente imaginada e sedimentada pela presença supra-individual do Estado” (ibid, p. 98 e 99). É um sentimento que assegura a reprodução de formas de inculcação, simultaneamente às formas de justificação, legitimação e disfarce das diferenças e dos conflitos de classe. Atua assim, também e através da ideologia.

Isto posto, a consolidação do Estado burguês, responsável pelo projeto nacional desenvolvimentista do Brasil, ao se efetivar a partir da crise mundial de 1929, encaminhou as mudanças estruturais com reflexo no fortalecimento das instituições da sociedade política, no momento em que se estruturava a fase de substituição de importações. Esta política de substituição

⁶ O termo *laços protonacionais* de Erick Hobsbawn é apropriado por Leite para apresentar as características dos tipos de nacionalismos. O seu uso neste contexto serve para justificar o poder da língua, na medida em que ela pode expressar a consciência unificadora de uma nação. Ver em: LEITE, Rogério Proença. *A Dupla Face do Nacionalismo: ideologia, discurso e dominação em Kubstcheck e Médici*. Recife: Ed Universitária UFPE, 1995.

de importações, por sua vez, foi relativizando o poder econômico dos cafeicultores, fortalecendo e tornando hegemônica a nova burguesia urbano-industrial.

Foram esboçados diferentes mecanismos de ideologização, desde a cooptação de sindicatos e setores da indústria e do comércio, à política educacional constituída a partir de Vargas, exprimindo a instrumentalidade para o desencadeamento de interesses pelo progresso da nação.

Nesse momento, o Estado ia atuando intensamente nas duas instâncias da superestrutura, tanto na sociedade política, quanto na sociedade civil, na defesa dos interesses da ascendente burguesia, camuflando-se atrás de uma ideologia paternalista.

Leite (ibid, p. 101) considera que a maneira como a burguesia imprimiu seu poder no Brasil, “lhe valeu a denominação de *via prussiana* pelo seu caráter eminentemente autoritário e conservador”. A reprodução do nacional exigia não somente uma reprodução do sentimento de pertencimento, mas ao mesmo tempo, uma reprodução da submissão dos sujeitos sociais às regras da ordem estabelecida, uma reprodução da sua submissão à ideologia dominante, uma reprodução da capacidade de bem manejar a ideologia dominante pelos agentes do projeto nacional, a fim de assegurar pelo discurso a defesa dos interesses da nação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aceitação do pressuposto do desenvolvimento se estabeleceu em um “clima ideológico dominante, como a última palavra da sabedoria objetiva e cientificamente inspirada” (MÉSZÁROS, 2004, p. 126). Segundo Mézáros, assim fez Galbraith, ao justificar as crises da Europa Ocidental no entre guerras e a dos Estados Unidos na Grande Depressão, pela incapacidade dessas potências em oferecer o pleno emprego, dessa maneira, negando que as crises pudessem ter sido produto dos lucros decrescentes.

De acordo com esse autor (ibid, p. 143), a ideologia tem o papel de nuclear, uma estratégia sutil no processo de convencimento, e aparece relacionada ao estabelecimento do desenvolvimento com crescimento econômico nos países considerados atrasados. Não é nova a sua ideia de dominação. Em vez da imposição cruel das relações de poder estabelecidas para subjugar a oposição de classes, ela se apresenta subsumida na condição do natural, com o objetivo de dominar a sociedade por meio de algum tipo de consenso.

5 REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Geografia Social de Silvio Romero. In: **Revista Terra Brasilis: geografia e pensamento social no Brasil**. Ano 01, no. 2, Rio de Janeiro, 2000, pp. 35 - 58.

GRAMSCI, Antonio. **O Materialismo Histórico e a Filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987.

IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina**. São Paulo: Ática, 1989.

LEITE, Rogério Proença. **A Dupla Face do Nacionalismo: ideologia, discurso e dominação em Kubstcheck e Médici**. Recife: Ed Universitária UFPE, 1995.

LISBOA, Josefa. **A Trajetória do Discurso do Desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. São Cristóvão: Tese de Doutorado, NPGeo, UFS, 2007.

LIPIETZ, Alain. **Miragens e Milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1998.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930) In: CASTRO, I. E. et. alli (orgs.). **Geografia: conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 309-353.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1989 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

